

- “incremento salarial” só em 2006
- plano de carreira só depois de negociação com o Planejamento

Servidor, podemos aceitar isso como resposta?

Ontem, quinta-feira, reuniu-se a “Mesa Nacional de Negociação Permanente” no Ministério do Planejamento.

O governo não apresentou nenhuma proposta. Nenhuma saída. Nenhuma esperança. Somente a ladainha de que “não tem recursos financeiros” para melhorar nossos salários. O relato completo está publicado no verso, junto com o resultado de três outras audiências.

Em que mundo está o governo? É como se não existissem os 10 mil servidores que ocupam a Esplanada! Ou as dezenas de milhares que realizam a maior greve da história do Executivo! Com sua política, o governo está empurrando o país e o serviço público para o desastre.

A situação é muito grave. É a resposta dos servidores só pode ser ampliar a greve para que nossas reivindicações sejam atendidas. Tanto nos setores que já estão em greve quanto nos demais, a palavra de ordem é: estender, ampliar, aprofundar a greve. E também na base das demais entidades da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores. Aí, os “recursos financeiros” vão aparecer.

Para isso, é preciso cobrar a responsabilidade da CUT, que, neste momento, está chamada a assumir inteiramente seu papel e convocar e organizar diretamente a greve, nas três esferas do serviço público, federal, estadual, municipal.



Mesa Nacional de Negociação permanente reunida no MPOG em 23/06/2005

A CUT precisa convocar a greve geral de todos os servidores

Depois da audiência de ontem, no MPOG, está mais claro do que nunca: é ao Presidente da República que temos que exigir a imediata abertura de negociações, com base nas reivindicações da categoria. A “Mesa Nacional” serve apenas para o governo dizer que não tem verbas.

Os Comandos locais de greve do DF estão encaminhando às suas as-

sembléias a proposta de aprovar moções à CUT para que a Central volte a cobrar uma reunião de negociação com Lula, nos seguintes termos:

“Diante do fracasso da reunião da ‘Mesa Nacional de Negociação’ de 23.06, no Ministério do Planejamento, a CUT deve cobrar energicamente do Presidente da República que atenda ao pedido

de audiência formulado pela Central em 16.06.05 e negocie com os servidores em greve, com base nas reivindicações da categoria. Caso não haja resposta positiva, imediatamente, a CUT deverá convocar a greve geral do funcionalismo público das três esferas, federal, estadual e municipal pelo atendimento das reivindicações”.

Órgãos em greve no DF:

Incrá, Planejamento, Fazenda, Cultura, Saúde, Funasa, AGU, Agricultura e Funai

A GREVE CONTINUA!

No Planejamento, governo nega reivindicações

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, recebeu em audiência ontem (23.06) a CUT e as entidades nacionais dos servidores na Mesa Nacional de Negociação Permanente. Na abertura da reunião, Paulo Bernardo declarou ter total disposição para negociar, mas adiantou que qualquer impacto financeiro nas negociações incidirá apenas sobre o orçamento de 2006. Disse também que é favorável às duas emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias que, se aprovadas, permitirão a concessão de reajuste para os servidores em 2006. A seguir, o ministro retirou-se da audiência, deixando-a sob o comando do secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça. Quanto aos planos de carreira e às gratificações emergenciais, que constam das pautas específicas de vários setores, o Governo afirmou que toda proposta que envolva incremento salarial será negociada entre o órgão de origem e o MPOG.

A bancada dos servidores pediu a revogação do corte de ponto e o desconto dos salários dos servidores em greve. Em contrapartida, Sérgio Mendonça pediu a suspensão da greve. A bancada sindical também cobrou a revogação do Decreto 1.480. Uma vez que o Governo assumiu a disposição de negociar as “cláusulas não financeiras”, as entidades sindicais propuseram um cronograma de reuniões que se encerraria em 15 de julho. O Governo contrapropôs um prazo até setembro. Uma nova reunião da Mesa foi marcada para a quarta-feira, dia 29, às 15h, no Bloco K, na qual será, também, definido o cronograma de negociação das questões específicas.

O Comando de Greve avaliou que o resultado da audiência foi negativo porque não negociou nenhuma das reivindicações para o ano de 2005. Mas é possível, sim, arrancar as verbas para incremento salarial em 2005, à condição que a greve seja ampliada. Diante dos resultados dessa audiência, os servidores que aguardavam em frente ao Bloco K, aprovaram a continuação do movimento aos gritos de “Greve até a Vitória!”.

Cultura marca negociação com Planejamento

O Comando de Greve dos servidores da Cultura foi recebido quarta-feira (22.06), em reunião informal, pelos representantes do MPOG, Sérgio Mendonça e Wladimir Nepomuceno, marcando data para a próxima reunião. Foi debatida a proposta de criar uma Gratificação Especial para os servidores do MinC de todo o país. A gratificação seria incorporada ao salário a partir de janeiro de 2006, prazo que pode ser antecipado se houver sobre o orçamento.

Embora a proposta represente um pequeno avanço nas negociações, a greve dos servidores do MinC continua. O Comando de Greve avalia que a gratificação é um reconhecimento, por parte do Governo, de que a categoria exerce funções específicas de Estado, mas não contempla todas as reivindicações dos servidores. Os servidores estão unidos e o Comando vai aguardar a manifestação das bases em relação à proposta apresentada. Na próxima terça-feira, dia 28, o Comando Nacional de Greve da Cultura e a Condsef voltam a se reunir com os representantes do MPOG, desta vez em uma mesa de negociação oficial, conforme as deliberações enviadas pelas assembleias de base da categoria.

Ponto AGU

O Juiz da 1ª Vara Federal do DF negou liminar no mandado de Segurança contra a ameaça de corte de ponto, impetrado pelo SINDSEP-DF em favor dos servidores em greve da AGU. Hoje mesmo (24.06), o sindicato ingressa com agravo de instrumento perante o TRF da 1ª Região, que tem o prazo regimental de 48 horas para apreciação.

Audiência no MS



Valter Campanato / ABR

O Ministro da Saúde, Humberto Costa, recebeu na manhã de ontem (23.06), uma comissão de servidores em greve do Ministério da Saúde e Funasa, para tratar da pauta emergencial da categoria. O ministro debateu cada uma das seis reivindicações:

1- Lotação dos Servidores da Funasa que, nos municípios, estão subordinados aos prefeitos e, no DF, ao governador – O ministro solicitou a criação de uma Comissão Paritária, formada por servidores e por representantes do MS. Essa comissão fica responsável por estudar, entre outros assuntos, uma saída para a MP 231, que veda a redistribuição dos servidores no âmbito do MS;

2- Transformação da Indenização de Campo em Gratificação de Controle de Endemias – O ministro informou que aguarda a anuência do MPOG para apresentar uma proposta;

3- Saúde do Trabalhador - O ministro afirmou que a partir da próxima quarta-feira (29.06), iniciam-se os exames médicos nos estados do Pará, Maranhão, Goiás, Tocantins e Mato Grosso. Para dar continuidade aos exames nos demais estados, Humberto Costa disse depender da liberação de verbas;

4- Redução da Carga Horária para 30 horas semanais – O ministro disse que a implantação depende de um estudo do Grupo de Trabalho e do estabelecimento de um Pacto de Gestão com governadores e prefeitos;

5- Extensão de 47,11% aos servidores da Saúde e Funasa – Humberto Costa declarou que é favorável a concessão do reajuste e já está viabilizando uma reunião com os titulares das pastas do Planejamento, Previdência e Trabalho para, então, apresentar uma proposta aos servidores;

6- Plano de Carreira da Saúde – O ministro declarou que tem total interesse em discutir a questão e que espera que a Comissão Temática retome os seus trabalhos imediatamente.

Também compareceram à audiência: Valdi Camarcio Bezerra, presidente da Funasa; Denise Mota e Lujan Miranda, da Executiva Nacional da CUT; Otton Pereira Neves, Sérgio Ronaldo e Gilberto Jorge, da CONDSEF; além de membros da Fenaps e CNTSS, e os deputados federais Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), Roberto Gouveia (SP), Fátima Bezerra (RN), Wasny de Roure (DF) e Selma Schons (PR), todos do PT.

O ministro se comprometeu a, assim que tiver um resultado da negociação com o MPOG, voltar a conversar com a comissão de servidores em greve e representantes das entidades envolvidas.

Ministro da Justiça falta à audiência com servidores da FUNAI

Marcada para quinta-feira (23.06), às 11h45, a audiência da comissão de servidores em greve da FUNAI foi ignorada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Com o pretexto de atender a uma convocação do Palácio do Planalto, ele enviou à audiência dois assessores e o presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes. Porém, nenhuma proposta foi apresentada. Os servidores foram informados apenas que Thomaz Bastos é contra a formação de uma Mesa Setorial no MJ e que existe a possibilidade dese se reunir com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na próxima terça-feira, dia 28, para tratar do Plano de Carreira Indígena. Além de não negociar, o Governo ainda teve a ousadia de pedir ao Comando de Greve para desbloquear as entradas da FUNAI.

Além de representantes da Condsef, Sindsep-DF e Comissão Nacional dos Servidores da Funai, também compareceram à reunião representantes dos Povos Indígenas, que declararam apoio à greve e anunciaram que se não houver negociação os índios irão bloquear estradas em todo o país. O Comando de Greve Local decidiu intensificar a greve, para forçar o Governo a negociar.

**Forró no Incra – Hoje – sexta - 24.06 - 18h
Estacionamento do Incra – SBN**